

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE RUSSAS/CE.**

AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT

JUSTIÇA GRATUITA

FRANCISCO SÉRGIO DA SILVA, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº 635.463.103-49, portador(a) do RG nº 2003030018892 SSP-CE, não possuidor(a) de endereço eletrônico, residente e domiciliado(a) no Sítio Ingá, s/n, Pitombeira, Russas/CE vem respeitosamente perante V. Exa., por meio de seus advogados em fine assinado, qualificados no instrumento procuratório anexo, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT) contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, empresa gestora dos Seguros DPVAT, inscrita no CNPJ sob o nº: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 20.031-205, onde poderá ser citada, pelos fatos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE

Requer os benefícios da Justiça Gratuita com apoio no Art. 5º LXXIV da Constituição Federal e Lei nº 1.060/50 combinada com a Lei nº 7.115/83, por não ter condições financeiras de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio e de sua família.

Exa. o recebimento em esfera administrativa da quantia de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)** na data de **13/06/2019**, *data vênica*, não muda em nada a condição de hipossuficiência da parte requerente.

A presunção relativa de veracidade da alegação de hipossuficiência deduzida por pessoa física somente pode ser afastada quando constatados nos autos elementos que evidenciem a falta de pressupostos para o deferimento da justiça gratuita.

Nesse mesmo sentido, é o entendimento do TJCE, senão vejamos:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO RECURSAL. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FEITA POR PESSOA NATURAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS A AFASTAR A PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO COM EFEITOS EX TUNC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1- A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte Estadual entende ser presumivelmente verdadeira a alegação de hipossuficiência deduzida por pessoa natural, cabendo o indeferimento do pedido de gratuidade de justiça somente se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos para sua concessão. Inexistindo tais elementos, impõe-se a concessão do benefício, com efeitos ex tunc, resguardado o direito da contraparte, após citada, de opor-se à sua manutenção, ou mesmo a possibilidade de a Magistrada a quo, no curso da ação, diante de indícios concretos que justifiquem fundada dúvida quanto à atualidade do preenchimento dos pressupostos da gratuidade e atendido o contraditório, revogar total ou parcialmente o favor legal. 2- Agravo de instrumento conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatado se discutidos estes autos, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por julgamento de Turma e decisão unânime, em conhecer do agravo de instrumento para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 27 de agosto de 2018 Desembargador FERNANDO LUIZXIMENES ROCHA Relator. (Relator (a): FERNANDO LUIZXIMENES ROCHA; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 14ª Vara da Fazenda Pública; Data do julgamento: 27/08/2018; Data de registro: 28/08/2018).

DOS FATOS

O(a) autor(a) sofreu acidente de trânsito no dia **02/12/2018**, conforme consta no registro do Boletim de Ocorrência, nº **541-1313/2019**, anexo.

Em decorrência desse acidente sofreu **FRATURA DA CLAVÍCULA (CID 10 S42.0)**, sendo devidamente atestada a necessidade de repouso, encontrando-se incapacitado temporariamente para o trabalho, conforme descreve o Prontuário, Atestado ou Laudo Médico em anexo.

Exa., o(a) requerente protocolou processo administrativo, e mesmo a seguradora requerida reconhecendo a invalidez do requerente, resolveu pagar o valor de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, um valor muito abaixo do determinado na Lei nº 6.194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu Art. 3º, com nova redação dada pela Lei 11.945/08.

Assim, em se constatando, que as sequelas ocorreram em decorrência de acidente de trânsito, tem a parte autora o direito ao recebimento da indenização de pelo menos, o valor de **R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**, **isso sem contar com possíveis sequelas, em outros locais do corpo, que não foram quantificadas na perícia administrativa e identificadas pelo expert judicial apenas no ato pericial**, tudo acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

DA PERÍCIA ADMINISTRATIVA

Nas perícias administrativas realizadas pela seguradora, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando, sempre as vítimas do sinistro.

O valor administrativamente recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional do membro supramencionado corresponde ao valor do teto correspondente a **R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**, **isso sem contar com possíveis sequelas, em outros locais do corpo, que não foram quantificadas na perícia administrativa**, conforme tabela DPVAT, segundo prontuário médicos acostado em anexo.

No caso específico dos autos, o laudo pericial a ser produzido por médico designado por Vossa Excelência, a partir dos documentos médicos apresentados pelo requerente em anexo à petição inicial, será esclarecedor em sua conclusão, o qual se mostrará coerente e suficiente a formação do vosso convencimento.

Portanto a realização de perícia médica se faz necessária, tendo em vista a necessidade de se comprovar o grau de debilidade instalada no autor.

DO DIREITO

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu Art. 3º, com nova redação dada pela Lei 11.945/08, que garante o pagamento de seguro obrigatório àquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente automobilístico.

Assim, a lei do seguro obrigatório estipula, no caso de invalidez permanente, o direito ao recebimento pelo acidentado a um valor indenizatório de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), notadamente quando a invalidez ou debilidade for permanente, senão vejamos:

Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente

Neste sentido, quanto a correção monetária a jurisprudência pátria é farta:

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. GRADUAÇÃO. MP 451/2008. LEI 11.945/2009. GRADUAÇÃO OBRIGATÓRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. ALTERAÇÃO. O SEGURO OBRIGATÓRIO FOI CRIADO PARA INDENIZAR AS VÍTIMAS DE SEQÜELAS PERMANENTES OCASIONADAS EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONFIGURADA A INVALIDEZ PERMANENTE DA VÍTIMA, DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO APÓS A EDIÇÃO DA

MP 451/2008, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.945/2009, SE FAZ NECESSÁRIA A GRADUAÇÃO DA LESÃO PARA FINS DE QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA DESDE A DATA DO SINISTRO, POIS ESTE FOI O MOMENTO EM QUE O RISCO FOI IMPLEMENTADO, SENDO ESTE O MARCO ADEQUADO À RECOMPOSIÇÃO DO VALOR DA MOEDA.

Portanto, tem o autor o direito ao recebimento da indenização, no valor de **R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**, isso sem contar com possíveis sequelas, em outros locais do corpo, que não foram quantificadas na perícia administrativa, acrescidos de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

DA NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO

No caso em apreço, não há como admitir a ocorrência da prescrição, uma vez que, o acidente ocorreu no dia **02/12/2018**, não ocorrendo assim a prescrição descrita no inciso IX, do parágrafo 3º do Art. 206 do Código Civil, que é de três anos, e como ainda não se passou esse período, o presente caso não está prescrito.

Então, não há como alegar-se neste caso a ocorrência da prescrição, pela aplicação do Art. 206, §3º, inciso IX, do Código Civil vigente.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, e com fulcro na CF/88 e na legislação de regência, bem como nos princípios gerais do direito, requer a V. Exa. o seguinte:

a) A citação da empresa ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse juízo.

b) Em caso de negativa de conciliação, requer o julgamento antecipado da lide, ante a desnecessidade de produção de prova em audiência (Art. 355, inciso I, do NCPC).

c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

d) A condenação da ré ao pagamento da indenização (seguro DPVAT) no valor de **R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**, acrescidos de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, sendo descontado o valor de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, já pago em processo administrativo;

e) A concessão dos benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter a autora, condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;

f) A realização de perícia médica, se assim entender necessário, com a finalidade de comprovar o grau de debilidade presente instalada no autor.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, inclusive através do depoimento autoral e de testemunhas, que comparecerão a Audiência independente de intimação.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).**

Nestes Termos,

Espera Deferimento.

Limoeiro do Norte/CE, 11 de Maio de 2020.

CARLOS EDUARDO CELEDÔNIO

OAB/CE – 18.628

WERUSKA WASNY DA SILVA CELEDÔNIO

OAB/CE – 36.522

PROCURAÇÃO

Francisco Sérgio da Silva, brasileiro, inscri-
to no CPF N.º 035.463.103-49 e RG N.º 20030300
18892, residente e domiciliado no Sítio Inga,
Pitombeira, Zona Rural, Russas, Ceará,

_____, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, o Dr. CARLOS EDUARDO CELEDÔNIO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o número 18.628 e WERUSKA WASNY DA SILVA CELEDÔNIO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE 36.522, ambos escritório profissional na Rua Cândido Olímpio G. de Freitas, 1058, Centro, Limoeiro do Norte/CE; a quem confere amplos poderes, com as cláusulas Ad-judícia e Ad-Negocia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou Procedimento Administrativo, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo (a) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda poderes especiais para confessar, desistir, renunciar direitos, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgado.

Limoeiro do Norte/CE, 06 de Maio de 2020.

Francisco Sérgio da Silva
Requerente

DECLARAÇÃO

Francisco Sérgio da Silva, brasileiro,
inscrito no CPF Nº 635.463.103-49 e Rb Nº 2003
030018892, residente e domiciliado no Sítio
Juga, Pitombeira, Russas - Ceará.

_____, **declaro perante a Justiça desta**
comarca, que sou pobre na forma da Lei e que não posso
pagar as custas processuais.

Limoeiro do Norte/CE, 20 de Maio de 2020.

Francisco Sérgio da Silva
Requerente

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2003030018892 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/12/2011

NOME
FRANCISCO SÉRGIO DA SILVA

FILIAÇÃO
FRANCISCO GOMES DA SILVA
MARIA DAS MERCÊ MATOS SILVA

NATURALIDADE
RUSSAS - CE

DATA DE NASCIMENTO
20/08/1977

DOC. ORIGEM
CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: VILA SERPA TERMO: 5.206 FOLHA: 215V
LIVRO: A-6 AQUIRAZ - CE

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

P.: 122

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
 COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

Polgar Direito

Francisco Sérgio da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CÓDIGO DE CONTROLE
 6C30.1904.AA28.9212

A autenticidade deste comprovante deverá
 ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
 Secretaria da Receita Federal do Brasil
 às 14:48:23 do dia 30/03/2012 (hora e data de Brasília)
 dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 **Receita Federal**
 Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
635.463.103-49

Nome
FRANCISCO SÉRGIO DA SILVA

Nascimento
20/08/1977

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS



Impresso nº 2019246922

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 541 - 1313 / 2019

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **15/04/2019 15:28:26**
Data / Hora da Ocorrência: **02/12/2018 23:30:00**
Endereço da Ocorrência: **ESTRADA SÍTIO DA INGÁ**
Complemento:
Bairro: **ZONA RURAL** Município: **RUSSAS/CE**
Ponto de Referência: **CERÂMICA DO JOCILÉ**

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **FRANCISCO SERGIO DA SILVA**
Nascimento: **20/08/1977** CPF: **635.463.103-49**
RG: **2003030018892** Orgão Emissor: UF: **CE**
Filiação: **MARIA DAS MERCÊ MATOS DA SILVA**
FRANCISCO GOMES DA SILVA
Endereço: **SÍTIO INGÁ**
Bairro: **ZONA RURAL**
Município: **RUSSAS/CE** CEP: **62.900-000**
País: **BRASIL** Telefone:

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **NVB6348** Uf: **CE** Município: **RUSSAS** Chassi:
9C2KD04209R505459 Renavam: **272642010** Tipo do Veículo:
MOTOCICLETA Marca / Modelo: **HONDA/NXR150 BROS ES** Ano
Fabricação: **2009** Ano Modelo: **2009** Combustível: **GASOLINA** Cor:
VERMELHA Proprietário: **VALE DO JAGUARIBE LOCACAO LTDA**
Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento: **ABALROAMENTO**

Histórico

Afirma a vítima que na data e horário acima citados sofreu um acidente de motocicleta quando trafegava na garupa do ciclomotor de placa NVB-6348; QUE quem conduzia a moto era a pessoa de RAIMUNDO JEFERSON DE OLIVEIRA; QUE o condutor perdeu o controle da motocicleta após o pneu passar por uma vala; QUE ambos vieram a cair ao solo; QUE o condutor teve apenas escoriações leves, enquanto que o garupeiro, ora vítima, fraturou a clavícula direita; QUE foram socorridos pelo SAMU até a UPA de Russas; QUE a vítima foi encaminhada ao IJF - Fortaleza, onde passou 03 dias internado naquele hospital; QUE a vítima também sofreu uma forte pancada na região da cabeça, ficando com problemas de audição; E NADA MAIS DISSE.//////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

DAVI ARAÚJO DE SANTIAGO - MAT.: 300639-1-0

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

Francisco Sergio da Silva

VISTO DO DELEGADO(A) :

[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE RUSSAS



Impresso nº 2019246922

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 541 - 1313 / 2019

VIVIANE FREIRE MOREIRA DE ALMEIDA - MAT.: 30123476

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - CE		Nº 8914556164	
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO			
4011778637	COD. RENAVAM	8914556164	
THIA 01	272642010	00000000000	
NOME/ENDEREÇO			
VALE DO JAGUARIBE LOCACAO LTDA			
ROD BR 116 KM 162 3751A			
FREDIO CENTRO			
62900000 RUSSAS CE			
CPF/CNPJ		PLACA	
04928492000130		NVP6348	
NOME ANTERIOR			
VALE DO JAGUARIBE C N LTDA			
PLACA ANT/UF		CHASSI	
*****/CE		9C2KD04209R505459	
ESPECIE TIPO		COMBUSTIVEL	
PAS/MOTOCICLO/NAO APLIC		GASOLINA	
MARCA/MODELO		ANO FAB - ANO MOD	
HONDA/NXR150 BROS ES		2009 2009	
CAP/POT/CIL		CATEGORIA	
2P/0CV/149CC		PARTIC	
COR PREDOMINANTE		VERMELHA	
OBSERVAÇÕES			
MOTOR: KD04E29605459			

LOCAL		DATA	
RUSSAS JOAO DE MESQUITA PUPA		30/12/2010	

LARANJA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - RUSSAS CE
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
UPA 24H - RUSSASP: 112
DAT: 98

ERL: 18390002206

1830306989 03/12/2018 00:18:28		FICHA DE ATENDIMENTO		CLINICA MEDICA		NOTURNO		3	
Paciente		Data Nascimento		Idade		CNS		CPF	
FRANCISCO SERGIO DA SILVA		20/08/1977		41 A 3 M 14 D		160339280170004		63546310349	
Tipo Doc		Documento		Órgão Emissor		Data Emissão		Sexo	
IDENTIDADE		200303001889		ZSP CE		19/12/2011		M	
Mãe		Pai		Estado Civil		Raça/Cor		Naturalidade	
MARIA DAS MERCÊ MATOS SILVA		FRANCISCO GOMES DA SILVA		SOLTEIRO (APARDA)		RUSSAS - CE		BRASIL	
Endereço		Contato		Ocupação		Sis Prenatal			
SITIO - INGA - S/N - ZONA RURAL - RUSSAS - CE		(88) 99461-8265		AGRICULTOR (A)					
Class. de Risco		Plano Convênio		Nº da Carteira		Validade		Autorização	
LARANJA		SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE							
Motivo do Atendimento		Caráter do Atendimento		Profissional do Atend.		Procedência		Temp.	
CONSULTA		URGÊNCIA				PSF - PSF - ING		Peso	
Setor		Tipo de Chegada		Procedimento Sol.		Registrado por		Pressão	
PRONTO ATENDIMENTO		DEMANDA ESPONTANEA				JEFFERSON.AO		110 X 80	
Queixa Principal									
<input type="checkbox"/> Síndrome Febril <input type="checkbox"/> Sintomático Respiratório <input type="checkbox"/> Suspeita de Dengue									
Anamnese de Enfermagem						GSC		TOTAL	
PACIENTE CONDUZIDO PELO SAMU DEU ENTRADA NESTA UNIDADE, REFERINDO QUEIXAS ACIMA, NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA + HAS + DM						AO: 1234 RV: 12345 MRV: 123456			
Anamnese - (HORA DA CONSULTA - ____:____h)									
Paciente trazido pelo SAMU, vítima de queda de no to, do. 112a do, nega dor, dor;									
Exame Físico									
03:30 Paciente, apresentar episódio de hematemese,									
Hipótese Diagnóstica									
SADT - Exames Complementares									
<input type="checkbox"/> RAIO-X <input type="checkbox"/> ULTRA-SON <input type="checkbox"/> TC <input type="checkbox"/> SANGUE <input type="checkbox"/> URINA <input type="checkbox"/> ECG <input type="checkbox"/> OUTROS.									
PRESCRIÇÃO						APRAZAMENTO		OBSERVAÇÃO	
① Rx. Tórax AP, bacia AP e cervical						NÃO foi possível realizar		paciente não cooperativo	
② Glicose a 50 - - ZFA, EV						00:30			
③ Plasil 2 ml + AD, EV.						00:30			
④ Rantidina - ZFA + AD, EV. (SUSPENSÃO)						00:30			
Condução									
<input type="checkbox"/> Alta por Decisão Médica <input type="checkbox"/> Ambulatório <input type="checkbox"/> Alta a Pedido <input type="checkbox"/> Observação (Até 24h) <input type="checkbox"/> Alta a Revelar <input type="checkbox"/> Internação <input type="checkbox"/> Transferência para: Data e Hora da Saída/Alta: 03/12/18 às 03:58									
óbito									
Antes do 1º Atendimento? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Destino: <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> IML Anatomia Patológica									
Assinatura do Paciente ou Responsável									
Assinatura do Médico									
Carimbo									
Impresso por: graca.os									
Data Hora: 03/12/2018 00:23:12									

POLICLÍNICA
DR. JOSÉ MARTINS DE SANTiago



RECEITUÁRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

F. Lima A. Lima

Atendimento Médico

Paciente portador de ACD
Acústicos neurosensoriais profundos
à direita e esquerda à esquerda.
Tempo de confusão acústica
aditivo.

Data: 12/04/19

Dr. Vinícius Beletor
Médico Otorrinolaringologista
CRM 11358 / RQE 6094

Assinatura e Carimbo do Médico Solicitante

Rua Felipe Santiago Lima 191 - Cidade Universitária - Russas/CE
CEP: 62.900-000 Fone: (88) 3411-2529 policlínica@epsrussas.com.br

COD. 02

POLICLÍNICA
DR. JOSÉ MARTINS DE SANTILAGO



FICHA DE AVALIAÇÃO AUDIOLÓGICA

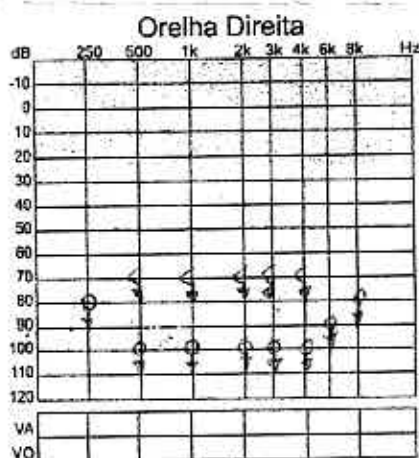
Nome Francisco Augusto da Silva
Solicitação Dr. José Carlos Pereira
Idade 51 anos Data 14-02-19

Nº DO PRONTUÁRIO: 1799844 DATA DA CALIBRAÇÃO: 11/12/2012

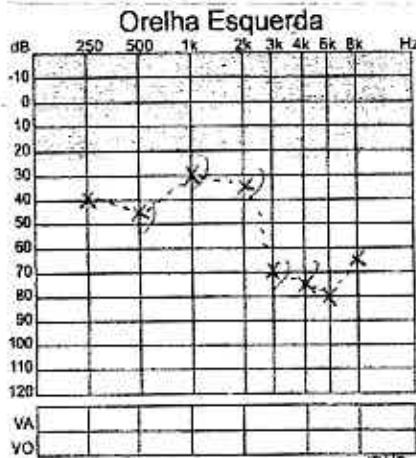
AUDIÔMETRO: Itera II

IMITANCIÔMETRO: OTOFLEX 100

AUDIOMETRIA TONAL



MASCARAMENTO V.A. Até _____ dBNB
V.O. Até _____ dBNB

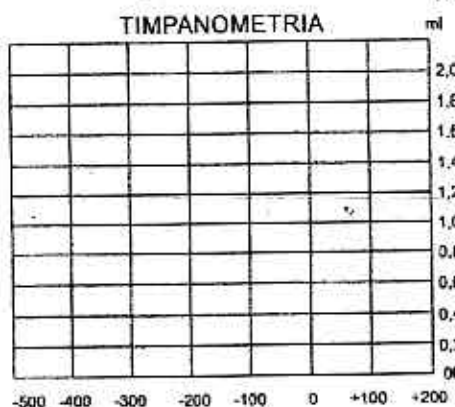


MASCARAMENTO V.A. Até 60 dBNB
V.O. Até 60 dBNB

Logaudiometria

LRF		LDV	
OD _____ dB	OE <u>80</u> dB		
OE <u>15</u> dB	OE _____ dB		
MASC.		MASC.	
OD _____ dB	OE _____ dB		
OE _____ dB	OE _____ dB		
IPRF			
OD <u>15</u> dB	MONO <u>16</u> %		
OE <u>15</u> dB	DISS <u>80</u> %		
MASCARAMENTO			
OD _____ dB			
OE _____ dB			

IMITANCIOMETRIA



COMPLACÊNCIA ESTÁTICA	OD	OE
Pressão		
Complac (vol. em ml)		
Posição Neutra		
+200 daPa		

REFLEXO ESTAPEDIANO () IPSI () CONTRA						
	500	1000	2000	3000	4000	Hz
OD						dB
OE						dB

CONCLUSÕES: Perda auditiva sensorial de grau leve a profunda na orelha direita e de grau leve a severa na orelha esquerda.

FONOAUDIÓLOGO
Dr. Wagner Vargas Teixeira
Fonoaudiólogo
CREA-9969-Ce

Rua Felipe Santiago Lima 191 – Cidade Universitária - Russas/CE
CÉP: 62.900-000 Fone: (88) 3411-2529 policlínica@cpsmrussas.com.br

COB. 27



GOVERNO MUNICIPAL
RUSSAS
Nossa maior obra é cuidar das pessoas

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

FICHA DE REFERÊNCIA

Unidade de Origem: **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO**Município: **RUSSAS - CE**Nome: **Fernando Sérgio da Silva**

Prontuário Nº _____

Sexo: ☒ M ☐ F Data Nascimento: **20/03/77** Ocupação: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Motivo do Encaminhamento: **Paciente, 43 anos, vítima de acidente****automobilístico (queda de veículo) há ± 2 horas, paciente****Resultados de Exames: realizado, paciente com alteração de****presentou episódio de vômito com sangue.****Fato SCL + Glucose a 50 - 2FA + Hb 2ml,**Impressão Diagnóstica: **TCE em membro.**

Assinatura do Médico / Carimbo

Função

Data

Hora

Unidade de Referência: **IJF**Procedimento: **TC de crânio sem contraste** Profissional: _____

FICHA DE CONTRA-REFERÊNCIA(*)

Resumo Clínico / Cirúrgico: _____

Resultado do(s) Exame(s): _____

Diagnóstico Principal: _____

Conduta Realizada: _____

Proposta de Consulta para Seguimento: _____

O problema justificou a referência? Sim ☐ Não ☐ O motivo da referência coincidiu com o diagnóstico? Sim ☐ Não ☐

Assinatura do Médico / Carimbo

Função

Data

Hora

**HOSPITAL FERNANDES TÁVORA****AV. FRANCISCO SÁ, 5445 – ALVARO WEYNE****POSTO 07 – ENFERMARIA**

Paciente: FRANCISCO SERGIO DA SILVA

Atesto, por solicitação verbal da parte interessada, para todos os fins e de acordo com os dados contidos em seu prontuário que o paciente supra-citado foi internado neste hospital no dia 09/12/2018, advindo do IJF, para tratamento conservador do TCE, por acidente de moto, sem capacete, com perda da consciência.

Atesto também que o mesmo foi transferido para o Serviço de Traumatologia-ortopedia, com 15 pontos na ECG

Atesto finalmente, que o mesmo recebeu alta hospitalar do ponto de vista neurológico, com orientação para procurar Ambulatório de otorrinolaringologia do IJF.

Fortaleza, 07 de janeiro de 2019

Dr. Flávio Leitão

CREMEC - 732

1. Via Branca - Unidade Executante
2. Via Amarela - Usuário

FICHA DE REFERÊNCIA EXTERNA

Unidade de Origem: Policlínica Dr. José Martins de Santiago - Russas

Distrito Sanitário: RUSSAS

Nome: FRANCISCO SÉRGIO DA SILVA

Prontuário Nº

Sexo: ☒ Masculino ☐ Feminino Data de Nascimento: 20/05/77

Ocupação

Endereço: SÍTIO INCA

Bairro: RURAL

Fone: 9919 5394

Motivo do Encaminhamento:

Resultado de Exames:

Conduta já Realizada:

Impressão Diagnóstica:

Assinatura do Encaminhamento - Nº Registro

Função

Data

Hora

AGENDAMENTO

Encaminhamento para atendimento: ☐ Ambulatorial ☐ Hospitalar ☐ Auxílio Diagnóstico

Procedimento: RECUPERAÇÃO DE GASTRO

Profissional:

Unidade de Referência: RUDEP

Data: 1 / 1 / 1999 Hora

FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA

Unidade de Referência:

Município: RUSSAS

Prontuário Nº

Alta

Resumo Clínico/Cirúrgico:

Resultado de Exame:

Diagnóstico principal: C/D

Secundário 1 C/D

Secundário 2 C/D

Proposta de Conduta Segmento:

O problema justificou a referência? Sim ☐ Não ☐


O motivo da referência coincide com o diagnóstico? Sim ☐ Não ☐

Assinatura do Consultante - Nº do Registro

Função

Data

27/04/19 13/04/19

 SUS Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
--	---------------------	---

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: HCSK

2 - CNES:

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE:

4 - CNES:

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE: Felipe Sérgio da Silva

6 - Nº DO PRONTUÁRIO:

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS): 116013319218101171011614

8 - DATA DE NASCIMENTO: 20/08/1977

9 - SEXO: Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL: Felipe Sérgio da Silva

11 - TELEFONE DE CONTATO: 81891911953171

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO): S. João - Piquia

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA: Pirassolungra

14 - COD. IBGE MUNICÍPIO: 6260700

15 - UF: SC

16 - CEP: 89100-000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS:

Paciente com fratura com
doença e fraturas
na região

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO:

TTU

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS):

01

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL: Fratura - doente 2470

21 - CID 10 PRINCIPAL:

22 - CID 10 SECUNDÁRIO:

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS:

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO: Paciente com

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO:

26 - CLÍNICA:

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO:

28 - DOCUMENTO:

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE:

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE:

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO:

32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO):

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

36 - CNPJ DA SEGURADORA:

37 - Nº DO BILHETE:

38 - SÉRIE:

39 - CNPJ EMPRESA:

40 - CNAE DA EMPRESA:

41 - CSOR:

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA: () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR:

44 - COD. ÓRGÃO EMISSOR:

45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR:

46 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR:

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO:

48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO):

ATESTADO MÉDICO

ATESTO QUE O SR. FRANCISCO SERGIO DA SILVA COM FRATGURA EM
CLAVICULAR DIREITA ,NECESSITA DE 120 DIAS DE REPOUSO., CID= SD420

FORTALEZA/CE, 7 de Janeiro de 2019

CLAUDIO JOSE
CRM/CE 4078

DR. CLAUDIO EDUARDO
ORTIZONA - TRAUMATOLOGIA
CRM: 4078

ATESTADO MÉDICO

ATESTO QUE O SR. FRANCISCO SERGIO DA SILVA COM FRATGURA EM
CLAVICULAR DIREITA ,NECESSITA DE 120 DIAS DE REPOUSO., CID= SD420

FORTALEZA/CE, 7 de Janeiro de 2019

CLAUDIO JOSE
CRM/CE 4078

DR. CLAUDIO EDUARDO
ORTIZONA - TRAUMATOLOGIA
CRM: 4078

SINISTRO 3190289278 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FRANCISCO SERGIO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE
INDENIZAÇÃO INVESTPREV Seguradora S/A-Filial Fortaleza - CE
BENEFICIÁRIO FRANCISCO SERGIO DA SILVA

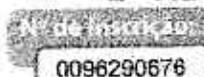
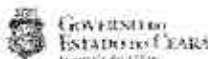
CPF/CNPJ: 63546310349

Posição em 15-06-2019 12:58:53

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
13/06/2019	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25

2º Via



DADOS DO CLIENTE

Nome: JEFFERSON MARLON DOS SANTOS SILVA

End. Entrega: RU DO R. DALTRO HOLANDA, 2336, A, GUANABARA

Cidade: RUSSAS

CPF: 62.908.000

End. Entrega:

Cidade:

CPF:

Local: 752

Setor: 003

Quadra: 0147

Lote: 0336

Empre: 0001

Subsetor:

Subquadra:

ECONOMIAS

Residencial: 001

Comercial: 000

Industrial: 000

Pública: 000

INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço: Medição

Leitura Anterior: 1405

Leitura Atual: 1414

Volume: 9

Medida Semestral: 9

DATAS

Leitura Anterior: 04/02/2019

Exatidão: 26/02/2019

Leitura Atual: 04/03/2019

Leitura Anterior: 04/03/2019

Período de Medição: 06/03/2019

Leitura Atual:

QUANTIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 12/2018

Nº de Amostras:

Cloro:

Turbididez:

Cor:

Cálculos Totais:

Exatidão da Lei:

Temperatura:

048

048

048

048

048

048

048

Atividade:

048

048

048

048

048

048

048

Exatidão:

048

048

048

048

048

048

048

TENTATIVAS - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Agradecemos sua pontualidade. Água tratada e saudável.

DIGITE ARCE NA PLAY STORE E BAIXE O APLICATIVO DA ARCE.

DESCRÇÃO DOS SERVIÇOS

ÁGUA

Valor (R\$):

24,40

Multa de 2%

1/1

0,43

Juros de 0,033% AO DIA

1/1

0,18

HISTÓRICO DE VOLUME

Mês/Ano

Água (m³)

Exatidão (%)

FEV/2018

3

0

MAR/2018

5

0

ABR/2018

5

0

MAI/2018

6

0

JUN/2018

5

0

JUL/2018

7

0

AGO/2018

8

0

SET/2018

15

0

OUT/2018

10

0

NOV/2018

7

0

DEZ/2018

8

0

JAN/2019

7

0

TENTATIVAS - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição:

Valor (R\$):

PIS

0,24

COFINS

1,19

SUBSÍDIO

Descrição:

Valor (R\$):

VALOR DO SERVIÇO

39,37

VALOR DO SUBSÍDIO

14,30

VALOR TOTAL A PAGAR

25,07

MÊS/ANO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR (R\$)

02/2019

01/03/2019

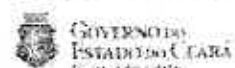
25,07



É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece, conforme resoluções das Agências Reguladoras.

Para mais informações, por favor, ligue 0800 275 0195, nas horas de atendimento de 8h às 17h, de seg. a sex. www.cagece.com.br ou ao endereço: Caixa Postal 3161/1918, de 8h às 17h e 18h às 17h. Ou ainda, estadual 155-Sede da ARCE: www.arce.ce.gov.br

Entidades Reguladoras: Fundação ARCE - Agência de Regulação de Serviços Públicos e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental 0800 275 0195 - Fone: 3161/1918, de 8h às 17h e 18h às 17h. Ou ainda, estadual 155-Sede da ARCE: www.arce.ce.gov.br



DADOS DO CLIENTE

Inscrição: 0096290676 - Endereço de Responsável:

Mês/Ano: 02/2019

Local: 752

Setor: 3

Quadra: 0147

Lote: 0336

Empre: 0001

Subsetor:

Subquadra:

Cidade: RUSSAS

Data de emissão: 01/03/2019

Total (R\$): 25,07

82650000000-3 25070009200-1 09629067601-2 01001531025-2



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Russas

2ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-3133, Russas-CE - E-mail: russas2@tjce.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **0050573-16.2020.8.06.0158**
Classe: **Procedimento Comum**
Assunto: **Seguro**
Requerente: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
:

Vistos em conclusão.

Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC).

Defiro a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC).

Trata-se de **Ação de Cobrança (Seguro DPVAT)** proposta em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, alegando, a parte requerente, que foi vítima de acidente automobilístico, porém a seguradora não efetuou o pagamento do valor correto, a título de seguro por danos pessoais, ao qual fazia jus.

O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º).

A sistemática adotada pelo NCPC inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º).

No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Russas****2ª Vara da Comarca de Russas**

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-3133, Russas-CE - E-mail: russas2@tjce.jus.br

seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia.

Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPC (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Isto posto, deixo para aprazar a audiência de conciliação após a realização da perícia.

Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC).

Apresentada a contestação, em havendo a arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias.

Concluídos os atos acima, inclua-se o presente feito na pauta do mutirão DPVAT a ser realizado nesta Vara, no qual se procederá o exame pericial do requerente, seguido, imediatamente, pela audiência de conciliação.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Russas

2ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-3133, Russas-CE - E-mail: russas2@tjce.jus.br

Uma vez que o feito estiver incluso na pauta do mutirão e já houver data designada para sua realização, bem como, médico perito designado:

a) intinem-se as partes para, caso queiram, indicarem assistentes técnicos e apresentarem outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo;

b) intime-se a parte requerente para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova;

c) intinem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação, a ocorrer logo após a realização do exame pericial, ocasião em que deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §9º, do CPC), devendo também serem advertidas acerca dos efeitos previstos no art. 334, §8º, do CPC.

Restando infrutífera a tentativa de conciliação, e já cientes do resultado do laudo pericial, as partes ficarão intimadas a se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, caso queiram.

Expedientes necessários.

Russas/CE, 15 de maio de 2020.

Wildemberg Ferreira De Sousa
Juiz de Direito Titular



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

2ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-3133, Russas-CE - E-mail: russas2@tjce.jus.br

Processo Nº _____

AVALIAÇÃO PERICIAL

Art. 31 da Lei nº 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei nº 6.194 de 14/12/1997

INFORMAÇÕES DO(A) PERICIANDO(A)

Nome completo: _____

CPF: _____

Endereço completo: _____

AVALIAÇÃO MÉDICA

I) A lesão indicada pelo(a) periciando(a) apresenta nexo de causalidade com o acidente narrado na petição inicial?

() Sim () Não () Prejudicado

II) Descrever o quadro clínico informado:

a) Qual(ais) região(ões) corporal(ais) encontra(m)-se acometida(s)?

b) Descrever as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico do(a) periciando(a) que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

2ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-3133, Russas-CE - E-mail: russas2@tjce.jus.br

() Sim () Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame pericial, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) () Disfunções apenas temporárias
b) () Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas no patrimônio físico do(a) periciando(a):

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento faz-se necessário exame complementar?

- a) () Sim, em que prazo: _____
b) () Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou resposta afirmativa ao item V, favor NÃO PREENCHER os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei nº 11.945/2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(eis) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(ais) definitivo(s), especificando segundo o anexo constante à Lei nº 11.945/2009 o(s) segmento(s) corporal(ais) acometido(s) e ainda segundo no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Só prosseguir em caso de resposta positiva:

- a) () Total (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa na íntegra o patrimônio físico e/ou mental do(a) periciando(a)).
b) () Parcial (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental do(a) periciando(a)).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

- b.1) () Parcial completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal do(a) periciando(a))
b.2) () Parcial completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal do(a) periciando(a))
b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva do(a) periciando(a) segundo o previsto na alínea II, §1º, do art. 3º da Lei nº 6.194/74 com redação introduzida pelo art. 31 da Lei nº 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano em cada segmento corporal acometido.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

2ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-3133, Russas-CE - E-mail: russas2@tjce.jus.br

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa
2ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa
3ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa
4ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa

OBSERVAÇÃO: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios acima apresentadas:

Lesões apontadas pela parte, não reconhecidas por falta de comprovação de sua existência ou relação com o acidente:

_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura e carimbo da médica – CRM)

Observação: Eventuais informações complementares deverão constar de folha anexa, com referência à sua existência nesta.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

2ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-3133, Russas-CE - E-mail: russas2@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0050573-16.2020.8.06.0158**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
 Requerido **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICA-SE que em 04/06/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Vistos em conclusão. Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC). Defiro a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC). Trata-se de Ação de Cobrança (Seguro DPVAT) proposta em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, alegando, a parte requerente, que foi vítima de acidente automobilístico, porém a seguradora não efetuou o pagamento do valor correto, a título de seguro por danos pessoais, ao qual fazia jus. O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º). A sistemática adotada pelo NCPC inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º). No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia. Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPC (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito. Isto posto, deixo para aprazar a audiência de conciliação após a realização da perícia. Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC). Apresentada a contestação, em havendo a

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Russas****2ª Vara da Comarca de Russas**

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-3133, Russas-CE - E-mail: russas2@tjce.jus.br

arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias. Concluídos os atos acima, inclua-se o presente feito na pauta do mutirão DPVAT a ser realizado nesta Vara, no qual se procederá o exame pericial do requerente, seguido, imediatamente, pela audiência de conciliação. Uma vez que o feito estiver incluso na pauta do mutirão e já houver data designada para sua realização, bem como, médico perito designado: a) intmem-se as partes para, caso queiram, indicarem assistentes técnicos e apresentarem outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo; b) intime-se a parte requerente para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova; c) intmem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação, a ocorrer logo após a realização do exame pericial, ocasião em que deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §9º, do CPC), devendo também serem advertidas acerca dos efeitos previstos no art. 334, §8º, do CPC. Restando infrutífera a tentativa de conciliação, e já cientes do resultado do laudo pericial, as partes ficarão intimadas a se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, caso queiram. Expedientes necessários. Russas/CE, 15 de maio de 2020. Wildemberg Ferreira De Sousa Juiz de Direito Titular".

Russas/CE, 04 de junho de 2020.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0559/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Carlos Eduardo Celedônio (OAB 18628/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Vistos em conclusão. Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC). Defiro a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC). Trata-se de Ação de Cobrança (Seguro DPVAT) proposta em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, alegando, a parte requerente, que foi vítima de acidente automobilístico, porém a seguradora não efetuou o pagamento do valor correto, a título de seguro por danos pessoais, ao qual fazia jus. O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º). A sistemática adotada pelo NCPD inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º). No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia. Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPD (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito. Isto posto, deixo para apazuar a audiência de conciliação após a realização da perícia. Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC). Apresentada a contestação, em havendo a arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias. Concluídos os atos acima, inclua-se o presente feito na pauta do mutirão DPVAT a ser realizado nesta Vara, no qual se procederá o exame pericial do requerente, seguido, imediatamente, pela audiência de conciliação. Uma vez que o feito estiver incluso na pauta do mutirão e já houver data designada para sua realização, bem como, médico perito designado: a) intemem-se as partes para, caso queiram, indicarem assistentes técnicos e apresentarem outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo; b) intime-se a parte requerente para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova; c) intemem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação, a ocorrer logo após a realização do exame pericial, ocasião em que deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §9º, do CPC), devendo também serem advertidas acerca dos efeitos previstos no art. 334, §8º, do CPC. Restando infrutífera a tentativa de conciliação, e já cientes do resultado do laudo pericial, as partes ficarão intimadas a se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, caso queiram. Expedientes necessários. Russas/CE, 15 de maio de 2020. Wildemberg Ferreira De Sousa Juiz de Direito Titular"

Russas, 4 de junho de 2020.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0559/2020, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 05/06/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 09/06/2020, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Carlos Eduardo Celedônio (OAB 18628/CE)

Prazo em dias	Término do prazo
0	09/06/2020

Teor do ato: "Vistos em conclusão. Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC). Defiro a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC). Trata-se de Ação de Cobrança (Seguro DPVAT) proposta em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, alegando, a parte requerente, que foi vítima de acidente automobilístico, porém a seguradora não efetuou o pagamento do valor correto, a título de seguro por danos pessoais, ao qual fazia jus. O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º). A sistemática adotada pelo NCPC inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º). No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia. Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPC (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito. Isto posto, deixo para aprazar a audiência de conciliação após a realização da perícia. Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC). Apresentada a contestação, em havendo a arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias. Concluídos os atos acima, inclua-se o presente feito na pauta do mutirão DPVAT a ser realizado nesta Vara, no qual se procederá o exame pericial do requerente, seguido, imediatamente, pela audiência de conciliação. Uma vez que o feito estiver incluso na pauta do mutirão e já houver data designada para sua realização, bem como, médico perito designado: a) intemem-se as partes para, caso queiram, indicarem assistentes técnicos e apresentarem outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo; b) intime-se a parte requerente para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova; c) intemem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação, a ocorrer logo após a realização do exame

pericial, ocasião em que deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §9º, do CPC), devendo também serem advertidas acerca dos efeitos previstos no art. 334, §8º, do CPC. Restando infrutífera a tentativa de conciliação, e já cientes do resultado do laudo pericial, as partes ficarão intimadas a se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, caso queiram. Expedientes necessários. Russas/CE, 15 de maio de 2020. Wildemberg Ferreira De Sousa Juiz de Direito Titular"

Russas, 5 de junho de 2020.